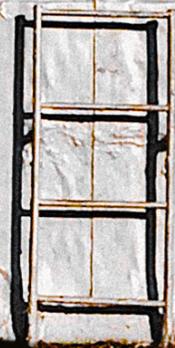
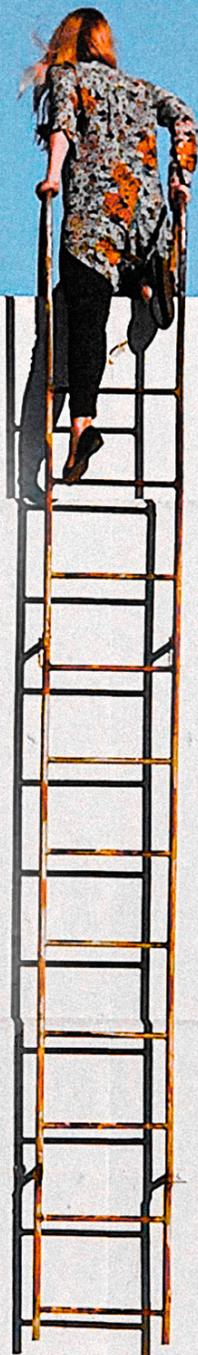


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

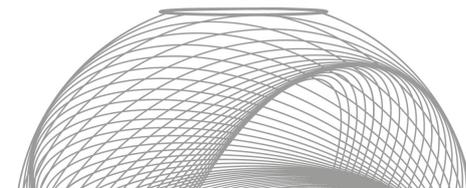
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....	130
---	------------

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia Eleitoral.....	147
--	------------

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência.....	174
---	------------

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....	195
--	------------

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-Americanos	215
--	------------

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política.....	230
---	------------

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade.....	254
--	------------

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....	278
---	------------

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE III

HOT SPOTS

1

ÁSIA: GEOPOLÍTICA, POLÍTICA EXTERNA E A PROJEÇÃO DO BRASIL EM DIREÇÃO À ÁSIA

Pablo Ibañez

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ibanez.pablo@gmail.com

Gustavo Westmann

Diplomata brasileiro

guswestmann@hotmail.com

Introdução

Na introdução do livro *Os maus samaritanos*, de Ha-Joon Chang, há um relato pessoal da transição econômica da Coreia do Sul nos anos 1970. Após um dos conflitos mais sangrentos da Guerra Fria (foram cerca de quatro milhões de mortos em apenas três anos), o país ainda era rural, mantinha salários extremamente baixos e o acesso a tecnologias básicas, como uma geladeira, era tido como um luxo. Na década de 1980, Chang (2009) relembra que seu país era considerado um copador, muito longe de se configurar, hoje, como um expoente tecnológico. De exportador de minério de tungstênio, peixes e perucas, passou a ser reconhecido por seus modernos carros, aparelhos digitais, além de conglomerados que produzem maquinários de altíssimo valor agregado utilizados na construção civil do mundo todo.

Essa história não se deu de forma isolada e representa muito do que se viu nos chamados Tigres Asiáticos, novos e velhos. O modelo que ficou conhecido como 'plataforma de exportação' se repetiu na Malásia, em Cingapura e mesmo na denominada 'província rebelde' de Taiwan. Em um momento de declínio vertiginoso da potência soviética, até mesmo a comunista China ensaiava sua abertura comercial, que também seria marcada pela aceleração do desenvolvimento. Os anos que se seguiram foram de transformações mundiais inimagináveis, sendo o fim da Guerra Fria um marco que estabeleceu uma leitura a partir a emergência e consolidação dos pre-

ceitos neoliberais, na economia, e da democracia ocidental, na política. A hegemonia americana, até mesmo pela presença marcante nesses países, parecia incontestada, chegando alguns intelectuais a forjarem termos como o fim da história, caso da obra mundialmente conhecida de Francis Fukuyama.

Já nos anos 2000, com a ascensão meteórica chinesa, alguns autores começaram a questionar se ainda era possível haver heranças da Guerra Fria na região. Segundo Overholt (2008), a China estava muito preocupada com o avanço nuclear da Coreia do Norte, pois era avessa a qualquer instabilidade regional, o que parecia demonstrar uma possível parceria. Porém, o que se observou foi um outro quadro. Se, em um primeiro momento, a China se juntou às principais instituições econômicas alimentadas pelo Ocidente na Guerra Fria e estabeleceu um equilíbrio regional ao amenizar seus conflitos fronteiriços, logo após passou a ser considerada uma ameaça ao sucesso da liderança regional japonesa, assim como vista capaz de desestabilizar e desafiar os Estados Unidos. Contudo, a reação americana à ascensão chinesa se mostrou tardia e, como será exposto na primeira parte deste capítulo, permitiu um crescimento geopolítico chinês que hoje estende sua influência aos (nos) quatro cantos do mundo.

Como piora sensível desse cenário, pouco antes da eclosão da Guerra da Ucrânia, Rússia e China anunciaram “uma parceria sem limites”, em encontro durante os Jogos Olímpicos de Inverno em Pequim em 2022. O fato chamou a atenção até mesmo pelo uso de uma expressão tão forte. A reação ocidental ao início da guerra foi severa, mas não abalou as relações da Rússia com importantes parceiros asiáticos, do Oriente Médio ao Leste da Ásia. Mesmo com sanções econômicas pesadas e uma diplomacia agressiva, nem a Índia condenou de forma incisiva a invasão, assim como o Brasil. Entender as consequências geopolíticas desse movimento vai demandar um esforço profundo e análises menos centradas nos preceitos que ditaram os contenciosos durante o período da Globalização. Não à toa, o termo Guerra Fria 2.0 se proliferou em textos acadêmicos e midiáticos.

Diversos autores têm chamado a atenção para necessidade de um olhar profundo que seja capaz de refletir sobre a Ásia com uma visão a partir de suas histórias e que sejam desafiadores aos olhares extremamente críticos às suas particularidades. São os casos de Edward Said (2007), Kissinger (2011), Stunkel (2017) e Frankopan (2022). A emergência de impérios euroasiáticos traz enormes desafios (Mankoff, 2022), sobretudo para a literatura brasileira, que ainda se encontra muito afastada da região, apesar de tê-la como principal parceira comercial há anos guiada pela aproximação com a China. Afinal, o Brasil hoje não a tem apenas como parceira no âmbito do comércio, mas divide uma das instituições mais desafiadoras da contemporaneidade, os BRICS.

É sobre um olhar para o desenvolvimento geopolítico asiático e a necessidade de pensar como o Brasil se posiciona, ou não, que este texto se debruça. Trata-se de uma proposta extensa, tendo em vista as inúmeras variáveis que podem ser levadas em conta quando se trata do maior continente do mundo. Mas que foi recortada em duas partes. Em um primeiro momento, será dada ênfase na análise mais teórica sobre o desenvolvimento geopolítico da região com foco na ascensão russa e chinesa como potências globais às relevantes transformações no cenário regional, como a crescente corrida armamentista. Não se trata de uma defesa de modelos e sim de

uma leitura sobre alguns elementos que tornaram esses países desafiadores da ordem da Globalização. Em um segundo momento, apontamos algumas lacunas quanto ao desenvolvimento de estratégias e de conhecimento brasileiros para a região. Para elucidar alternativas, alguns pontos cruciais do entorno regional foram tratados, como os conflitos no Mar do Sul da China, a militarização, a expansão de movimentos terroristas e a complexa teia de instituições que tem ganhado cada vez mais força.

Elementos geopolíticos contemporâneos: um olhar para Ásia

O nascimento da geopolítica como campo de estudo é relativamente recente. Pouco mais de cem anos separam o atual momento daquele em que seus percursos começaram a ter relevância acadêmica e burocrática. Era um tempo de expansionismo das nações ocidentais, as quais, inclusive, passaram a se basear nas teorias geopolíticas que vinham sendo desenvolvidas. Tomando como exemplo os casos da Alemanha e da França: enquanto a primeira teve o foco mais voltado para ampliação do seu poder dentro da Europa, a outra estendeu seus tentáculos por diversos continentes, chegando a ter influência e domínio sobre a cidade de Xangai, hoje capital econômica chinesa de intensa pujança.

O século XX, com exceção do Japão⁷⁷, foi marcado por um domínio no espaço mundial, até o final da segunda Grande Guerra, pelas potências europeias e do nascente EUA. Já no período posterior, foi o momento da bipolaridade da Guerra Fria, que compreendia seu espaço de comando dentro do continente europeu e na América do Norte. Ou seja, mesmo naquele mundo em intensa disputa pelo poder, as prerrogativas estavam fortemente calcadas no Ocidente e em suas formulações teóricas. Durante a aurora da Globalização, pode-se considerar ainda mais acentuada a ocidentalização da análise e dos consensos sobre o período pós-guerra Fria, não à toa autores como Santos (1996) dedicaram partes consideráveis de suas obras à análise da hegemonia estadunidense e dos preceitos neoliberais.

Não era para menos. Se observarmos os países que despontaram como Tigres Asiáticos, estavam todos, e muitos ainda estão, sob forte influência estadunidense. A China em acelerado crescimento ainda era rural, extremamente pauperizada e seus motores de desenvolvimento carentes de peças realmente eficientes para uma economia que pudesse lhe auferir posição de destaque no cenário global. Os preceitos neoliberais avançavam rapidamente pelas democracias ocidentais, acompanhados de uma mundialização de cadeias globais e da financeirização dos mercados. Ainda

77 Oliveira (2021) recorda que os impactos das ações militaristas geraram um profundo trauma na sociedade japonesa que desde o fim da Segunda Guerra permaneceu dependente militarmente dos EUA e só a partir dos anos 2010 voltou a investir de maneira significativa no setor militar.

que renomados autores críticos desse modelo, como Rodrik (2011)⁷⁸, viessem apontando seus paradoxos, a força da desregulamentação atingiu o ápice com a crise de 2008. A era da Globalização estava em curso e esse mundo tinha como pressuposto a hegemonia americana (Cannon; Rossiter, 2018).

Do ponto de vista geopolítico militarista, foi também uma fase de expansão muito forte do poderio europeu e estadunidense, que se concretizou em uma doutrina antiterrorista tendo duas invasões, Afeganistão e Iraque⁷⁹, e posteriormente uma incursão com apoio bélico no Norte da África e Oriente Médio, a partir da Primavera Árabe. Como consequência, a região de entrada na Ásia foi tomada por conflitos, muitos dos quais permanecem até hoje, sendo a Síria o único bastião que sobrou daquele movimento regional. O que se presencia lá reflete bem parte dessa complexidade. Ao norte, a Turquia apoiando grupos de desestabilização do governo Al Assad e controlando partes do território sírio, que conta com ajuda militar e diplomática maciça da Rússia e, por fim, a Síria sendo reincorporada à Liga Árabe.

Mankoff (2022) utiliza as ações turcas nesse evento como um dos pilares de sua tese para justificar a ideia de que estamos entrando em um século de Impérios Euroasiáticos. Segundo o autor, o início do século XXI está se moldando para ser uma nova era do império na região, caracterizada pela vontade de algumas potências, mais especificamente, Rússia, Turquia, Irã e China, para intervir nos assuntos de seus vizinhos usando força militar, atores locais, dependência econômica e outras ferramentas que remetem à atuação estatal. Seus governos projetam poder e influência nas respectivas fronteiras e em territórios com os quais estão ligados por laços de história, cultura, língua e religião. São os casos da Ucrânia, da Síria e do Iraque, com clara presença militar territorial de alguma dessas potências. Assim uma nova geopolítica imperial toma a forma de relações econômicas desiguais ou investidas para garantir a lealdade de populações que compartilham fronteiras religiosas, linguísticas ou étnicas ligações, sobretudo no caso chinês.

É interessante notar como o uso da noção de imperialismo por Mankoff (2022), tão cara à geopolítica, retoma o passado dessas potências como base argumentativa para justificar suas ações presentes. Após períodos de crise e derrocada durante o século XX, momento de acelerado crescimento dos EUA no cenário internacional, e consolidação de uma hegemonia baseada em sistema bem mais desafiador que o militar, hoje esses países apresentam estratégias de expansão diferenciadas e desafiam os preceitos da globalização.

78 Para o autor, a liberação eleva tensões sociais e esbarra em um dilema com a hiperglobalização a partir da impossibilidade de lidar com três elementos ao mesmo tempo: integração, democracia e soberania. À época, o autor já apresentava exemplos da ascensão de movimentos conservadores que acabariam por ganhar corpo mais tarde com o BREXIT e o crescimento da extrema direita no ocidente.

79 Segundo Roseira (2023, p.5), a “cruzada moral do combate ao terrorismo que resultou na Guerra do Iraque (2003-2011) e na Guerra do Afeganistão (2001-2019) se mostrou um meio para avançar os interesses geoestratégicos da Casa Branca e do Departamento de Estado na Eurásia. O fim da União Soviética tornou possível a agudização da política americana de projeção de poder marítimo no Golfo Pérsico e em todo Mar Arábico, a expropriação de grande parte hidrocarbonetos do Oriente Médio, e a retomada da política de cercamento a potências euroasiáticas como a Rússia”.

Agnew (2008), quando retratou a ‘nova configuração do poder global’, argumentava que a complexidade da globalização evidenciava uma dinâmica de poder disruptiva, que fugia da perspectiva clássica imperial de base territorial e que, portanto, seria impossível os EUA se tornarem um império nesses termos, mas com evidente hegemonismo. Para Mankoff (2022), ao assumirem a democracia liberal como única forma legítima de governo, com normas liberais, dando espaço para a China adentrar na economia globalizada, ao mesmo tempo em que expandiam a OTAN para perto da Rússia e apoiavam a retaliação da entrada da Turquia na União Europeia, deixavam claro que não havia espaço para entrada no seletivo grupo ocidental e que sua liderança era incontestável. Agnew (2005) cogitou a possibilidade de um cenário, caso nada fosse alterado, de nenhuma alternativa significativa ao poder estadunidense, podendo se tornar o século XXI, o “Século Americano”. Até aquele período não era possível prever o comportamento e a expansão dos poderes desses atores e de como esse mesmo século, de americano, poderia pender para o lado asiático ou euroasiático.

A começar pela Rússia, como bem colocado por Kearns (2009), o final da Guerra Fria foi também de seu renascimento geopolítico. Ainda que tenha havido um período de crise e aproximações com o Ocidente, o autor recorda que o aparecimento de figuras como Aleksandr Dugin preconizava o ressurgimento da Grande Rússia expulsando a influência atlantista da massa de terra da Eurásia, que passa a ser mais incisiva com a chegada de Putin, em 2000. Svarin (2016), quando analisa os discursos da política externa russa a partir desse momento, retrata uma transformação do posicionamento diplomático, sobretudo depois da primeira crise da Ucrânia e consequente anexação da Criméia. Até então, ainda havia menção ao Ocidente como parceiro. Um discurso de Lavrov, em 2014, é sintomático. Para o chanceler, a “situação lá revelou os remanescentes profundamente enraizados das falhas sistêmicas da arquitetura existente no espaço euro-atlântico”, tendo o Ocidente embarcado em uma ‘estruturação vertical da humanidade’ a partir de seus próprios padrões, expandindo sua atuação geopolítica “sem levar em conta o equilíbrio dos interesses legítimos de todos os povos da Europa” (Svarin, 2016, p.8). A partir desse momento, o que se verificou foi uma reivindicação cada vez maior do seu papel nos assuntos internacionais, enquanto sua visão geopolítica passou a ser focada na Eurásia e no estabelecimento de uma União Econômica Eurasiana capaz de integrar países da região em torno de temas comuns.

A era Putin também marca uma retomada expressiva dos investimentos no Complexo Industrial de Defesa (CID) russo que, por sua vez, aumentou em muito a capacidade de alteração de suas ações no cenário internacional, seja como um relevante exportador de armas, seja como ameaça direta, vide Guerra da Ucrânia. A análise criteriosa da política industrial e tecnológica russa para o setor feita por Davis (2020) é muito reveladora⁸⁰. Ainda que os padrões tecnológicos desenvolvidos tenham ficado muito aquém daqueles observados nos países da OTAN, a Rússia conseguiu compensar alguns dos impactos negativos através da reorganização da produção de armas, substituição de importações, desvio de comércio e espionagem tecnológica,

80 Segundo Davis (2020, p.105), a “Rússia adotou e implementou inúmeras políticas industriais ao longo do período 2000-2019 que afetaram a indústria de defesa: a Estratégia Gref 2010 (cobrindo 2000–2010); a Estratégia 2020 (2012–2020); a Lei Federal n. 488-FZ de 31 de dezembro de 2014 ‘Sobre a política industrial na Federação Russa’ (...) e a Estratégia Kudrin para a Rússia durante 2018–2024 (refletido no Decreto Presidencial de maio de 2018 sobre reformas até 2024)”.

cumprindo os objetivos de diversificar sua economia longe de sua dependência das exportações de energia e matérias-primas materiais, acelerar a inovação tecnológica, melhorar a competitividade de manufatura e aumentar as exportações de bens industriais, mesmo sob sanções. Segundo Farias (2022), o fortalecimento de dispositivos nucleares e sistemas de mísseis acabou produzindo nos EUA a percepção de que a vantagem militar do país estava sendo reduzida pelos avanços russos.

Desde a primeira crise na Ucrânia, Costa (2015, p.4) chamou atenção para a retomada russa e o ressurgimento das disputas com base em variáveis geopolíticas clássicas, pela “atuação dos estados nacionais e, sobretudo, das grandes potências, na defesa dos seus interesses e no aumento das suas reservas de poder, um padrão geral que explicita um sistema político em permanente busca pelo equilíbrio de poder”. Para Roseira (2023, p.5), a “Era Putin resgata a crença de setores nacionais no ‘destino manifesto’ russo entre as grandes nações”. O que não se esperava era uma conjuntura de enfrentamento tão radical dentro do continente europeu, com a eclosão de uma guerra e a emergência de uma ‘parceria sem limites’ que colocaria ainda mais em evidência a Eurásia, reestruturando, inclusive, apoios regionais, como o indiano, o afegão e o saudita, de maneira a desenhar um novo momento da geopolítica.

A ascensão da China como potência global é um fenômeno muito recente e acelerado. Até o início do século XXI, a China não se configurava nem entre as cinco maiores economias do planeta, nem mesmo havia se urbanizado. Brezinski (2000), relevante geopolítico à época, previa que a China não iria se tornar uma potência global, embora fosse uma potência regional capaz de afirmar seu nacional(is) interesse(s). A ideia de ‘fábrica do mundo’ pela qual passou a ser reconhecida globalmente, a partir dos anos 2000, passou por uma séria inflexão com o setor tecnológico e inovativo. Arrigho (2008), em uma obra de fôlego sobre o modelo de crescimento econômico chinês, dedicou boa parte de sua análise aos elementos que estavam em rápida transformação a partir do advento tecnológico. Segundo o autor, uma das razões para esse fenômeno foi a forte intervenção, contrária aos preceitos neoliberais muito difundidos no Ocidente, e que promoveu forte interação entre universidades, empresas e bancos estatais no desenvolvimento de setores como o de informática. Jaguaribe (2016), ao analisar o Sistema Nacional de Inovação do país, trouxe outro dado: não apenas o montante de recursos aplicados em CTI foi crescendo em termos nominais, como também a participação desses investimentos em relação ao PIB, o que evidenciou, para o governo, uma grande centralidade do setor tecnológico e que permanece até os dias de hoje.

Para ficar em apenas um exemplo, quando o atual governo brasileiro retomou de forma mais assertiva suas relações, após um período de turbulências com o governo Bolsonaro, a tônica dos acordos não esteve centrada em setores voltados ao primário, mas sim “a um futuro com maior participação em competitividade, alto valor agregado, tecnologia espacial, mudanças climáticas – projetos eólicos offshore, energia solar e hidrogênio -, inovação em baixo carbono, biodiversidade, combate à fome e à pobreza e projetos nas áreas de educação, turismo e cultura” (Ibañez, 2023, p.1). Nessa seara até mesmo a previsão de lançamento de satélite foi aventada.

Ao passo em que ia se tornando um relevante *player* tecnológico mundial, no ano de 2013 o governo chinês lançou um projeto extremamente ambicioso e único

de expansão de seu poder, a chamada Nova Rota da Seda ou *Belt and Road Initiative* (BRI). Atuando na transformação do espaço mundial, sua premissa geopolítica central seria o apaziguamento das fragilidades e estratégicas da China na Ásia, em que a promoção de corredores econômicos permitiria a melhor integração do continente e a diminuição da dependência do comércio naval, tal como a renovação da infraestrutura em países carentes no setor (WOLF, 2020). Através do desenvolvimento econômico e social, excedendo seu escopo euroasiático, a BRI hoje já extrapolou esses objetivos iniciais e alcança a África, a América Latina e a Oceania, estando presente em todos os continentes através de investimentos em infraestrutura, transporte, energia, turismo, educação, cultura etc., e em apenas nove anos já alcança 149 países (Xinhua, 2020; Breen BRI Center, 2022).

Um dos elementos que chama a atenção na expansão dessa estratégia é o fato de o governo chinês ter forçado, ao longo desses anos, a retirada do reconhecimento de Taiwan enquanto país para que alguns dos atuais membros da nova rota pudessem fazer parte. O Fato fez com que hoje apenas quinze países menores ainda mantenham o reconhecimento da ilha. É a expressão máxima da utilização de mecanismos econômicos para fins geopolíticos, preceito que Luttwak (1990) desenvolveu como *geoconomics*, junção de geoeconomia e geopolítica. Para Blackwill e Harris (2016), a China seria o principal ator geoeconômico do Sistema Internacional, sendo um importante exemplo disso à iniciativa de política externa chinesa BRI. Taiwan, que está no centro das tensões entre EUA e China, conta hoje com pouco mais de uma dezena de reconhecimentos formais, fato que diminuiu muito sua capacidade de ação nos organismos internacionais.

Apesar ser severamente criticada por ações governamentais que afrontam os princípios dos direitos humanos, a China não tem em seu histórico recente participação direta em conflitos armados. Mahbubanis (2021) vai mais além, relembra que em mais de dois mil anos de história, a China se diferencia dos EUA exatamente por não utilizar a opção militar como primeiro recurso e, mais, que dificilmente se tornará uma potência expansionista. Contudo, o autor recorda que em 2015, Xi Jinping havia proposto a implementação completa da Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul de 2002 durante um evento da ASEAN, a qual estipulava conduta de não militarização da região, quebrada pelo aumento das patrulhas marítimas estadunidenses durante aquele período. Como resultado, houve um crescimento acintoso da militarização não apenas no Mar do Sul da China (MSC), como na região de maneira mais ampla. Oliveira (2019, p.19), ao estudar a região, revelou um recrudescimento das capacidades militares japonesas o que, por sua vez, tem estimulado a insegurança no entorno regional e o “fortalecimento das relações militares entre Japão e EUA e a recente política externa dos governos do ex-presidente Barack Obama (2009-2016), intitulada *‘Pivot to Asia’*”. Uma mudança que alterou a configuração das tensões naquela área com um aumento expressivo dos gastos militares em relevantes atores locais.

Farias (2022), ao analisar documentos nacionais de defesa e estatísticas militares, apontou alguns elementos dessa transformação. Para 2020, os países que mais gastaram em termos militares foram EUA, China, Arábia Saudita, Rússia e Índia, respectivamente, sendo os dois primeiros muito maiores que os restantes. Outro ponto foi

a centralidade que a Ásia-Pacífico tomou para a projeção de poder e manutenção da segurança internacional nos documentos americanos, tendo a China se tornado uma ‘ameaça’ nos últimos anos. A resposta interna da China veio não apenas com aumento de gastos, mas com o aprofundamento ainda maior de uma política industrial e tecnológica militar, com forte ênfase naval.

Cheung (2014) realizou um grande esforço para entender como esse processo estava se desenhando na China. Segundo o autor, Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), além de ser um aspecto central do poder, da prosperidade e do prestígio chinês, estava sendo alçada como vital para a segurança nacional e para competição que já se acirrava com os EUA. Ainda que com sucesso limitado, já era possível observar expansão considerável em setores de mísseis balísticos de alta precisão, sistemas espaciais, cibersegurança, laser e outras tecnologias emergentes. Os dispêndios financeiros, o crescimento do papel de grandes conglomerados de empresas de defesa e a integração entre os setores cível e militar foram fundamentais para que o processo tomasse corpo e hoje já se trata de uma realidade que vem aumentando as tensões militares na região de maneira muito preocupante.

O que se apresenta no momento permite asseverar que novamente Brezezinski (2000, p.9) se equivocou ao dizer que a China não tinha “uma visão clara de sua evolução política ou de seu papel internacional”. Os fatos demonstraram não apenas um crescimento de sua influência econômica, como militar e política, sendo cada vez mais uma peça central da governança global, como Costa (2015) e Roseira (2023) preveem em sua análise de uma nova ordem tripolar. A ‘parceria sem limites’ está se estendendo para o setor militar, mas também traz novos componentes: a busca por deslegitimar internacionalmente o uso de sanções econômicas – uma das maiores preocupações de Pequim em relação a um possível conflito com Taiwan – e a desdolarização da economia internacional. Esta ganha maior contorno quanto à questão da diminuição da dependência do dólar. A dimensão que essa última tem tomado extrapola em muito o entorno chinês: em nossa região, o caso argentino, que possui problemas severos em relação às suas reservas, trata seriamente a utilização de outras moedas com destaque para o yuan (Ibañez, 2023).

Uma verdadeira guerra informacional está em curso e analisar o crescimento da influência desses dois atores, assim como das outras potências regionais asiáticas, como fez Mankoff (2020), é uma tarefa fundamental tanto para o entendimento da geopolítica do presente como para o posicionamento do Brasil frente a esse novo contexto. As visões muito calcadas na diminuição do tamanho dos impactos da presença chinesa⁸¹, do expansionismo russo, do nacionalismo indiano ou mesmo da crise política interna turca, não condizem com o alcance que esses países vêm galgando tanto regional quanto globalmente. Inclusive, eles revelam reações como o aumento do militarismo japonês, supracitado, assim como de um movimento australiano de combate cada vez maior à presença chinesa dentro de seu território e em toda a região da Ásia-Pacífico. Não à toa foi criado o Quadrilateral Dialogue (QUAD), agrupamento formado por Austrália, EUA, Índia e Japão, como uma forma de contenção da influência chinesa em toda a Ásia. Vale ressaltar que a Índia tem um papel muito

81 A rede de comunicação, por exemplo, CNN possui um canal específico para a China, o *Meanwhile in China*, que cotidianamente produz matérias questionando as políticas chinesas.

importante dentro do QUAD por ser uma potência regional que contrabalança a, cada vez maior, presença da China no oceano Índico (Jash, 2021). Por outro lado, tem estabelecido uma posição clara de não condenação da Guerra da Ucrânia, mantendo e até ampliando suas compras de petróleo e armamentos, assim como ampliando negociações dentro dos BRICS e se somando ao coro contra sanções e a favor da desdolarização. Ou seja, trata-se de um cenário complexo e que precisa ser observado caso a caso.

Por esses e outros motivos, a ideia de desglobalização tem sido cada vez mais difundida, como bem posicionou Rajan (2023). Em sua análise, o autor pontua que autores vêm tratando o tema como algo positivo, sobretudo porque criaria cadeias de produção mais locais ou regionais com base na retomada de políticas industriais, inclusive pelos EUA. Porém, além das cadeias ainda estarem muito interdependentes, alguns efeitos indesejáveis poderiam aparecer. São os casos dos custos mais altos dos produtos e serviços, a perda de economias de escala à medida que a produção se torna fragmentada, o aumento do poder doméstico de oligopólios quando a concorrência global é contida, levando ao declínio da aprendizagem por fazer com que corporações multinacionais não difundam mais as melhores práticas e o aumento das pressões inflacionárias como desequilíbrios locais entre oferta e demanda não são mais ditadas por um mercado global. Por fim, o mesmo autor ressalta que os desdobramentos geopolíticos podem ampliar ainda mais as tensões, que já estão evidentes, em função do aumento das rivalidades tanto na busca por mercados quanto por posições de poder.

Outro desdobramento poderia ser o acirramento da ideia de uma Guerra Fria 2.0, termo que vem sendo cada vez mais utilizado, mas que ainda carece de elementos mais sólidos de análise. Parece ser cedo para estipular que há uma ruptura tão abrupta no Sistema Internacional, mesmo que os atuais protoblocos de poder, Ocidental e Euroasiático, estejam se movimentando. É, portanto, urgente aprofundar esse debate, assim como alertar para falta de um pensamento geopolítico e de longo prazo no Brasil, com maior clareza de seus posicionamentos regionais, sobretudo na Ásia, tendo em vista suas especificidades e conflitos que se avolumaram nas últimas décadas. É neste sentido que se pretende colocar o foco nesses dois pontos a partir desse momento do texto.

Desafios asiáticos à geopolítica brasileira

As relações exteriores de qualquer país devem ser encaradas como um tema transversal à ação governamental, para o qual devem convergir os demais órgãos da administração pública. A política externa refere-se às estratégias do país para a promoção de seus interesses nacionais no exterior, incluindo os meios para atingir os objetivos almejados, sejam eles negociações ou o uso de sua força militar, ajuda externa, políticas econômicas e outras estratégias para projetar influência na arena global.

Práticas efetivas de colaboração intersetorial entre diplomatas, burocratas, militares, acadêmicos e outros setores interessados na agenda externa do país devem,

portanto, ser consideradas elementos centrais de estratégias internacionais exitosas, não apenas sob as perspectivas da política, economia e assuntos sociais, mas também de projeção territorial, segurança e defesa. No caso do Brasil, apesar da existência de prioridades geopolíticas claras para a projeção territorial, o diálogo entre os principais atores da política externa e da geopolítica permanece limitado.

Com efeito, de 1930 a 1980, a geopolítica no Brasil refletiu, em grande medida, a hegemonia do pensamento autoritário e político do Estado, inspirando a maioria das políticas voltadas para a integração nacional e a projeção externa do poder, ainda que a política externa não tenha tido a devida ênfase nesse período (Costa, 1992; Miyamoto, 1981). Apesar de parcial, a geopolítica foi então instrumental e sistematicamente aplicada, essencialmente pelos militares, seja por meio de sua influência dominante nas políticas públicas durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, ou, mais diretamente, durante o regime militar que governou o Brasil nas décadas de 1960, 1970 e início de 1980.

A ruptura com este paradigma militarista só ocorreu a partir desse momento, promovendo profundas alterações nas estruturas populacionais e sociais do país, bem como o processo de democratização que paulatinamente se iniciou em 1979 e conduziu à Constituição de 1988. Refletiu também uma ordem internacional caracterizada por movimentos inéditos de multipolarização, pela emergência de novas potências, pelo desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação e pelo desenvolvimento teórico de escolas críticas à geopolítica clássica e de teor militarista (Ó Tuathail, 1996).

Foi nesse contexto que os primeiros grupos de intelectuais do meio acadêmico passaram a dedicar atenção ao estudo da geopolítica, como foi o caso do texto Becker (1988) e Costa (1992). Gradualmente, os centros de pesquisa foram reunindo formuladores de políticas – militares e civis –, intelectuais e representantes da sociedade civil em geral, inspirando a criação de cursos de pós-graduação em Geografia e Ciência Política, e colocando a geopolítica como disciplina necessária para a discussão de todos os tipos de questões relacionadas com a estratégia, desenvolvimento e política internacional. De qualquer forma, não houve um retorno a um pensamento geopolítico brasileiro, como foi verificado durante o século XX.

Não obstante os avanços verificados no país, que lhe conferiram grande destaque internacional, e a crescente importância global conferida à Ásia nas últimas décadas, a literatura acadêmica brasileira continua relativamente pouco preocupada com o continente asiático⁸². As visões difundidas ainda são predominantemente baseadas em pesquisas estrangeiras, que muitas vezes refletem interesses estranhos aos nacionais, e baseadas em estereótipos. A Ásia é o maior continente do mundo em área e população, em uma extensão que vai do Oriente Médio, ao Subcontinente Indiano, à Ásia Central, passa pelo Sudeste Asiático e chega ao Extremo Oriente, razão pela qual é difícil falar em apenas uma Ásia. O Sudeste Asiático em si já conforma área de grande complexidade, onde coexistem múltiplas religiões e etnias, disputas territoriais e acentuados desequilíbrios econômicos intrarregionais.

82 Ver Nogueira (2023), Jabbour (2021); Santoro (2020); Oliveira (2021); Stunkel (2016); Ibanez (2020).

É de pouco conhecimento que a China foi a maior potência mundial por muitos séculos, que a civilização Khmer foi uma das maiores do planeta durante os séculos X-XIII, que em 2014 houve um grande golpe de estado na Tailândia, que a Indonésia tem a quarta população mundial e é o maior país muçulmano do mundo, que Vietnã e Laos ainda se afirmam como repúblicas socialistas, que o Sri Lanka é budista teravada, que monges budistas estão perseguindo minorias muçulmanas no Myanmar, que comunidades indianas, chinesas e malaias vivem um equilíbrio instável em Singapura ou que a Índia possui 22 idiomas oficiais.

Independentemente das divergências entre especialistas sobre a configuração da ordem global no século XXI, como já mencionado no primeiro item, grande parte da literatura existente se dedica a discutir um processo quase consensual de transição de poder em direção ao Oriente e a reconhecer a gravitação dos atores asiáticos ao centro do sistema (Bettarello, 2017, p.127), o que abre janelas de oportunidade inéditas para países em desenvolvimento como o Brasil.

Militarmente, a supremacia dos Estados Unidos e de seus aliados da OTAN permanece incontestável, não obstante a capacidade crescente das forças armadas chinesas e de outros países, e a expansão dos investimentos em defesa em todo o mundo (Huntington, 2017). No campo ideológico, apesar dos grandes investimentos associados à BRI e ao Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB), a China ainda não colheu dividendos significativos e seu *soft power* continua longe do que tem sido alcançado por diversos atores ocidentais (Bettarello, 2017, p.125). De acordo com o ranking geral do Soft Power 30 para 2019⁸³, a China assumiu apenas a 27ª posição entre 30 países.

Economicamente, no entanto, a China não apenas assumiu uma posição central na Ásia, mas também se tornou um ator importante em escala mundial, como explicitado quando foi feita a alusão às suas estratégias ligadas à *geoeconomics*. As opiniões divergem sobre a probabilidade de uma futura cooperação sino-americana ou de um grande conflito entre eles, mas a maioria dos especialistas concorda que esta será a relação bilateral mais importante do presente século (Beste; Gugel, 2018), o que exigirá do Brasil a capacidade de navegar sabiamente entre esses países, visando a extrair o máximo de benefícios de suas disputas.

A “deriva para o leste” deve-se muito à China, mas também às demais nações asiáticas, que vêm desde os anos 1970 promovendo padrões muito acelerados de desenvolvimento. Ao lado do grande dragão, destacam-se os “velhos tigres” – Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan –, os “novos tigres” – Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia – e o emergente Vietnã, além, é claro, do Japão, e de uma vibrante Índia (AMSDEN, 1989). Esse considerável conjunto de países integra toda sorte de acrônimos correspondentes a agrupamentos de “economias do futuro”.

Em 2011, Quah (2011) calculou a localização média da atividade econômica no planeta, considerando o PIB de diversos países. Os resultados revelaram que, em 1980, o centro de gravidade da economia global caiu em um ponto no meio do Oceano Atlântico. Em 2008, o centro de gravidade moveu-se para um ponto próximo à lon-

83 Ver: <https://softpower30.com/>

gitude de Helsinque. Extrapolando as trajetórias de crescimento ao redor do planeta, o autor projeta que, em 2050, o centro de gravidade estará em algum lugar entre a Índia e a China. Até 2050, a PwC estima que a China se tornará a primeira economia do mundo, em termos de PIB (PPP), que a Índia será a terceira e que a Indonésia assumirá a quarta posição, seguida pelo Brasil⁸⁴.

A ascensão da nova classe média asiática levará a um dos mais profundos rearranjos das posições econômicas da história mundial. O rápido crescimento está gerando, no entanto, um aumento exponencial da demanda por energia e outros recursos limitados, criando padrões de consumo que provavelmente não serão sustentáveis no longo prazo.

Enquanto a classe média no Ocidente desenvolvido deve permanecer em cerca de 1 bilhão de pessoas em 2030, a classe média da Ásia-Pacífico deve saltar de 525 milhões de pessoas em 2009 para 3,3 bilhões em 2030, e representará 80% do crescimento da demanda global esperada no período (Bettarello, 2017). Se assumirmos que o peso político também reflete o poder econômico, mas com algum atraso, então a influência política global também se deslocará, de forma análoga, para o Oriente nas próximas décadas, o que não implica em perda imediata de força das potências ocidentais, que se mantêm ainda muito poderosas militar e economicamente.

Porém, nessa ordem mundial que se desenha no século XXI, o peso político relativo das potências emergentes em suas regiões é, na prática, bem maior do que se imagina e tende a recompor o SI em algo que ainda não está evidente (Ibañez; Westmann, 2022). Isso lhes permite influenciar de forma determinada questões geopolíticas e restringir as ambições do poder central nessas áreas. Esses mesmos países têm sua influência ampliada por instituições e coalizões multilaterais, como o G-20, o G-77, os BRICS e assim por diante. Não é de hoje que analistas têm alertado, como é o caso de Jones (2011), que, para navegar neste cenário internacional, potências emergentes como o Brasil deverão usar crescentemente uma combinação de estratégias que incluem a construção de múltiplas alianças, o reforço do multilateralismo e a diversificação de parcerias (Bremmer, 2012).

A distância geográfica não deve impedir, portanto, que o Brasil desenvolva novas estratégias para a Ásia, que sejam coordenadas e partam de esforços de longo prazo. Para tanto, seria preciso ter amplo espectro de possibilidades de ação sobre os desafios que afetam aquela região, suas culturas, modelos de negócios, conflitos e projeções futuras. Esse conhecimento deve ser produzido internamente, pelos centros de excelência brasileiros, que conhecem como ninguém o país e suas possibilidades concretas de inserção na arena internacional. Se no passado o conhecimento sobre a Ásia foi importado dos EUA e da Europa, essa dinâmica não mais atende aos interesses nacionais, por isso é fundamental reiterar que o olhar deve estar cada vez menos carregado de preconceitos.

Considerando a complexidade do “Oriente”, estaria fadada ao fracasso qualquer tentativa de analisar o conjunto da região em tão poucas páginas. Porém, alguns dos grandes desafios atuais já foram discutidos anteriormente e, para estimular ainda

84 Ver: <https://www.pwc.com/gx/en/research-insights/economy/the-world-in-2050.html#keyprojections>

mais as reflexões sobre os caminhos a seguir pelas autoridades brasileiras em suas interações com a Ásia, será feita uma discussão de elementos específicos associados às novas configurações políticas, econômicas e sociais do Sudeste Asiático e da Ásia do Leste, extremamente ilustrativos.

No jogo de forças do Sudeste Asiático e da Ásia do Leste, os atores centrais são a China, os Estados Unidos, as Coreias, o Japão, a ASEAN (com seus 10 países membros: Brunei, Cambodja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã), a Rússia, a Índia, a União Europeia e a Austrália. O Brasil ainda possui relações limitadas com a região como um todo, apesar do grande potencial estratégico, comercial, militar e geopolítico a explorar.

Eventos recentes parecem indicar tendência de pulverização gradual dos focos de tensão regional entre o Mar do Sul da China e o Leste Asiático. Esse fenômeno está ligado à evolução da situação política em determinadas democracias asiáticas, na China e nos EUA. Em que pesem as oscilações na política externa dos EUA para a Ásia, analistas, a exemplo de Kissinger, vêm convergindo sobre o esperado aumento de disputas por influência entre EUA e China, que poderá, ou não, ser compensado pela interdependência econômica sino-americana⁸⁵.

Nota-se um certo apetite de Pequim para o diálogo com seus vizinhos. Isto pode ser resultado do desejo de afirmar o país como ator com maior capacidade de estabilizar a região. Questões fronteiriças, terrorismo e pirataria preocupam, o que, somado às crises no MSC e na península coreana, tem gerado complexas disputas por zonas de influência. O apelo de Pequim por maior cooperação militar com seus parceiros de diálogo da ASEAN é visto como sinalização positiva em meio à ampliação da projeção das tensões fronteiriças. Sem contar a centralidade cada vez maior que a Organização para Cooperação de Xangai (OCX)⁸⁶ tem tido pelo governo chinês.

Países da ASEAN seguem em busca do fortalecimento da associação, mas com opiniões e interesses bastante divergentes sobre a geopolítica regional, o que pode prejudicar os avanços verificados até então. Em comum, esses países não escondem o interesse em atrair novos investimentos chineses e americanos. Embora concordem sobre a necessidade de evitar interferência excessiva de grandes potências na região, seguem adotando postura de não confrontação com China e com os EUA. Eles têm envidado esforços para desenvolver suas capacidades de defesa, mas seus orçamentos seguem limitados e suas capacidades de investimentos continuam dependendo de melhores condições de barganha com as grandes potências. Existe temor com a insistência dos EUA em exportar e impor seus valores, da mesma forma que a falta de transparência da China transmite pouca confiança. Isto no que se refere à associação, pois no que tange aos conflitos no MSC e no Estreito de Taiwan, Filipinas e Vietnã têm procurado apoio americano. Mais uma evidência do complexo mosaico regional.

Em adição, existe a possibilidade de que problemas internos na China possam

85 Ver <https://www.economist.com/films/2021/07/20/henry-kissinger-how-biden-should-handle-china?>

86 Rocha, Santos e Ibañez (2020, p.82) definem como entidade multilateral, fundada em 2001, buscam colocar em prática uma cooperação com um caráter mais voltado para a construção de circuitos de capitais e de cooperação como uma forma de conexão entre tais espaços. Esta relação se tornou mais profunda nos últimos anos, com a criação da OneBelt and OneRoad, anunciada por Xi Jinping, em 2013, no Cazaquistão”.

eclodir em breve, incluindo questões trabalhistas, desaceleração econômica, autoritarismos. Desde pelo menos o século XIV, durante a dinastia Ming, até a queda do último imperador Manchu, em 1911, atitudes chinesas em relação à Ásia foram marcadas por um senso de superioridade natural em relação aos vizinhos, o que se agrava nos dias de hoje pelo velado desejo chinês de recriar uma hierarquia regional com a China em seu topo. Essa realidade tem colocado as ambições chinesas na base da maioria dos focos de tensão regionais (Liao, 1993).

Enquanto isso, na Ásia do Leste, os testes nucleares na Coreia do Norte contam com reação moderada da China, preocupando os vizinhos e aproximando ainda mais Coreia do Sul, Japão e os EUA, inclusive por meio de acordos para troca de informações sensíveis. Em reação ao avanço dessas novas alianças, a China tem feito retaliações pontuais, como em 2017, quando filiais da loja de departamentos sul-coreana Lotte na China foram fechadas e o governo anunciou uma proibição da compra de pacotes turísticos para o vizinho. Pequim é o destino de mais de um terço das exportações coreanas. Os EUA, por sua vez, continuam deslocando contingentes militares para as unidades localizadas na Ásia.

Nos últimos anos, pode-se dizer com relativa margem de segurança que os principais temas no campo da geopolítica regional envolvem as tensões no MSC, o conflito na península coreana, a corrida armamentista, o terrorismo, a pirataria e a pesca IUU (*Illegal, unreported and unregulated fishing*), a migração irregular, os refugiados, o extremismo e os conflitos étnico-religiosos na Indonésia, bem como a segurança cibernética, a mudança do clima e a mitigação de desastres.

O Mar do Sul da China se estende do sudoeste do Estreito de Malaca - entre Indonésia e Malásia - até o Estreito de Taiwan, ao nordeste. Mais de 500 milhões de pessoas da China, Taiwan, Filipinas, Malásia, Brunei, Indonésia, Cingapura, Camboja, Tailândia e Vietnã vivem ao longo de seu litoral.

Além de rica em recursos energéticos e minerais, passam pela região as rotas marítimas que ligam o Nordeste Asiático e a zona Ocidental do Pacífico ao Índico e ao Oriente Médio. Mais da metade da tonelage total mundial de carga circula pela região anualmente, um tráfego duas vezes superior ao do Canal de Suez e três vezes superior ao do Canal do Panamá. Isso representa 15% do comércio mundial e 80% do petróleo direcionado ao Japão, à Coreia do Sul e a Taiwan (Sibuet et al., 2016).

Os desdobramentos do fim da Segunda Guerra Mundial mudaram por completo o panorama das disputas no Mar do Sul da China (Lima, 2018). Efetivamente, o formato atual das disputas foi moldado por cinco eventos principais, que incluem a retirada das tropas japonesas de todas as suas possessões no sudeste asiático; a Guerra Civil chinesa; o processo de descolonização; a descoberta de reservas de óleo e gás na região; e o estabelecimento da Convenção das Nações Unidas para o Direito dos Mares (UNCLOS), em 1982.

Em 1956, o explorador Tomás Cloma declarou ter descoberto um grupo de ilhas desabitadas e até então não registradas como pedaço do território filipino. O 'novo território', que foi batizado por Cloma como *Freedom land*, acabou por ser incorporado ao território do Estado filipino, que passou a demandar soberania exclusiva na área. Essas novas ilhas foram fração das Ilhas Spratly e, ao serem incorporadas pelas

Filipinas, receberam o nome de Kallaayan (Sibuet et al., 2016). No entanto, as ações das Filipinas acabaram por deflagrar uma reação em cadeia dos outros países demandantes.

A simples possibilidade de existência de um rico potencial energético acabou por espalhar demonstrações de cunho nacionalista em toda a área, principalmente na China e no Vietnã. Os dois países passaram a disputar abertamente o controle das Ilhas Paracel junto ao litoral vietnamita. Nos anos 70, incursões chinesas nas Ilhas Paracel e Spratley intensificam-se.

As disputas bilaterais, em conjunto com as questões energéticas, impulsionaram as negociações da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1973-1982). A UNCLOS ampliou e definiu os direitos e deveres dos Estados nacionais em relação a uma variada gama de aspectos, sendo o mais importante a definição dos limites onde cada país pode exercer soberania e as áreas onde poderá exercer jurisdição sobre exploração e atividades econômicas. No que tange ao Sudeste Asiático, a Convenção acabou por trazer mais atores às disputas existentes. Colocando de forma simplificada, a discussão sobre as 200 milhas náuticas levou tanto a Malásia quando Brunei a demandar jurisdição sobre áreas que já eram disputadas por China, Taiwan, Filipinas e Vietnã. Esta configuração das disputas permanece até os dias de hoje. A China sustenta que tem direitos históricos nos territórios e águas de cerca de 90% do Mar do Sul da China, e continua construindo ilhas artificiais na região (Lima, 2018).

A Indonésia tem sofrido pressões – ainda que de forma implícita – para atuação mais assertiva no tema, devido ao papel de liderança em seu entorno. Nota-se, porém, preferência do país em manter boas relações bilaterais com a China, principalmente frente aos maciços investimentos chineses em obras de infraestrutura, setor ainda muito carente na Indonésia (Sibuet et al., 2016). Em 2016, incidentes envolvendo a apreensão de embarcações pesqueiras chinesas alegadamente operando na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Indonésia fizeram reemergir questionamentos sobre as ambições de Pequim em águas indonésias. Em reação, as autoridades indonésias afirmaram que o país jamais desistirá de sua soberania e reforçaram a presença militar nas Ilhas Natuna.

Uma espécie de corrida armamentista na região segue ganhando forças (Heiduk, 2017). A China tem aumentado significativamente seu orçamento militar e não esconde que o fortalecimento do poder marítimo é uma prioridade. A Tailândia defende prudência na corrida armamentista, que deve se limitar à proteção das soberanias nacionais, sem constituir ameaça à segurança regional. Apesar do país, distante do Mar do Sul da China, não estar diretamente envolvido em nenhum grande conflito bilateral, parte de suas autoridades apoiam a ampliação do material bélico do país, tema não sem controvérsias. A aquisição de onerosos submarinos chineses, por exemplo, causa polêmica. As dificuldades na cooperação militar com os EUA, ademais, impelem o governo local a buscar fornecedores alternativos, a Rússia em particular (Heiduk, 2017).

Em visita ao Vietnã em 2016, o então Presidente dos EUA, Barack Obama, determinou o fim do embargo à venda de armas, vigente há quase cinco décadas, e resultou em contratos assinados por empresas norte-americanas no valor de US\$16 bilhões. Com isso, o governo vietnamita passa a poder adquirir produtos de defesa

com base no regime geral aplicado aos demais países. O país tem aumentado consideravelmente seus gastos em produtos de defesa nos últimos anos, sendo um dos dez maiores importadores de armamentos no mundo. A Rússia é ainda seu principal fornecedor, com compras envolvendo desde equipamentos e armamento leve até a aquisição de embarcações, aeronaves e submarinos, o que novamente reforça a complexa relação de forças na região. Mas há também negócios com a Espanha, Israel e os Países Baixos. Observadores externos especulam que, ao menos num primeiro momento, os EUA poderão incrementar a capacidade dissuasória da guarda costeira vietnamita no Mar do Sul da China com a venda de aeronaves de monitoramento e sistemas costeiros de radar.

A Indonésia, por sua vez, ampliou seus exercícios militares nas Ilhas Natunas, com o objetivo de demonstrar sua presença militar na região e sua capacidade de atuar como “poder dissuasório”. Como parte de mais ampla estratégia nacional, o Presidente Widodo tem afirmado a importância de trazer desenvolvimento econômico-social para a região, de forma a melhorar as condições de vida e prover oportunidades econômicas para a população local.

Esses são apenas alguns exemplos de como a região tem passado por profundas mudanças em anos recentes, criando novas ameaças e também oportunidades, inclusive para países geograficamente distantes como o Brasil. Especificamente no que toca à venda de equipamentos militares, é preciso mencionar que existem possibilidades concretas para os batalhões Astros, da Avibras, para aviões militares, civis e executivos da Embraer, para a comercialização do KC-390, entre tantas outras. É importante mencionar que recentemente, como forma de retaliação ao posicionamento brasileiro em relação a Guerra da Ucrânia, houve um embargo na comercialização de blindados Guarani para as Filipinas, pois possuíam peças alemãs⁸⁷.

Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia são os principais países da região afetados pelo terrorismo, a pirataria e a pesca IUU. Assim como os demais países da ASEAN, a Tailândia condena toda ação terrorista. Desde os atentados de 2014 e de 2015 no extremo sul do país, o combate contra o terrorismo obteve renovado destaque. É grande a preocupação com a penetração do ‘Estado Islâmico’ nas províncias do extremo Sul, onde vigora violenta insurgência autonomista.

Por ora, não há registro de conexão entre esta mobilização e redes terroristas transnacionais, nem de combatentes tailandeses na Síria ou no Iraque. Tampouco o extremismo religioso floresce nesse país. Apesar disso, por sua posição como importante *hub* logístico do Sudeste Asiático, as autoridades se preocupam com a possibilidade de grupos mal-intencionados perpetrarem novos ataques. O atentado ao Santuário de Erawan foi o mais grave ataque terrorista já perpetrado na Tailândia, em 2015, com mais de 20 mortos e 100 feridos.

É oportuno recordar que as redes locais de inteligência policial e militar possuem longo e tradicional histórico de cooperação com suas contrapartes norte-americanas (Acharya, 2000). O governo tem buscado intensificar a interlocução, neste segmento,

87 Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-lula-negar-fornecimento-de-municao-para-guerra-alema-nha-embarga-exportacao-de-blindados-brasileiros/>

também com agências europeias, sobretudo francesas e belgas. Bangkok ambiciona constituir, assim, plataforma de coordenação inter-regional de dados de inteligência.

Eventual desestabilização da porção meridional das Filipinas abriria caminho para o fortalecimento dos vínculos do terror na região. O Abu Sayyaf é um grupo terrorista jihadista baseado nas ilhas Jolo e Basilan, no sudoeste das Filipinas, onde por mais de quatro décadas alguns grupos estiveram engajados em uma insurgência por uma província independente do país. O Abu Sayyaf é considerado violento e foi responsável pelo pior ataque terrorista das Filipinas, o atentado à bomba da Superferry 14, em 2004, que matou 116 pessoas. Foram usados principalmente dispositivos explosivos improvisados, morteiros e rifles automáticos.

Na Indonésia, o atentado em Jakarta, em janeiro de 2016, voltou a gerar grande preocupação com a atuação de grupos terroristas no país. O ataque teria sido financiado pelo Estado Islâmico. Trata-se do país com a maior população muçulmana do mundo, com 88% de seus 250 milhões de habitantes professando essa religião, e foi alvo de vários atentados entre 2000 e 2009, cometidos pelo grupo Yemma Islamiya, considerado o braço da Al Qaeda no Sudeste Asiático. O maior ataque ocorreu em 2002, na ilha de Bali, quando explosões coordenadas de várias bombas em uma boate na cidade de Kuta deixaram 202 mortos, em sua maioria turistas australianos (Damayant, 2010).

Extremismos e radicalismos estão ganhando força em todo o mundo. Na Indonésia não tem sido diferente. Discursos mais radicais em mesquitas e o aumento do uso do *hijab* são alguns sinais disso. A Sharia (lei do islã) é aplicada em Aceh desde meados dos anos 2000. Os principais atores nesse processo são a Majelis ULAMA Indonesia, a Muhammadiyah, mais moderados e a Front para a Defesa do Islã (FPI), mais radicais. Ataques terroristas também fazem parte da preocupação chinesa com a província de Xinjiang, de considerável população muçumana e que se localiza próxima às áreas de expansão de atividades terroristas junto ao Paquistão. Neste sentido, Pequim tem empreendido esforços de integrar cada vez mais a região ao restante do país. A *Belt and Road* tem um papel fundamental nessa estratégia (Ibañez; Recio; Pereira, 2023).

Seja pela mediação de conflitos, pelo fornecimento de equipamentos militares, matéria-prima e outros produtos, a Ásia se apresenta como um *locus* extremamente estratégico para a geopolítica e a política externa brasileira, que além desses pontos ainda usufrui de relações institucionais com os BRICS, a ASEAN e o *New Development Bank* (NDB), fatos que conferem ainda mais centralidade para aquela região.

Considerações Finais

O jogo de forças apresentado envolvendo a Ásia apresenta um cenário geopolítico complexo e extremamente incerto. As variáveis regionais, como vimos, são muitas e algumas apresentam questões extremamente sensíveis do ponto de vista econômico, militar e humanitário. A eclosão da ‘parceira sem limites’ e os aumentos das tensões locais centralizam cada vez mais a China na região. Por outro lado, nos últimos meses, Pequim foi responsável pela mediação e acordos inéditos na região como um todo, exercendo enorme demonstração de força e persuasão. Aproximou-se da

Arábia Saudita, dos Emirados Árabes e do Irã. Colocou-se como mediadora no diálogo entre Afeganistão e Paquistão, até mesmo entre Israel e Palestina. Sem contar com sua participação cada vez ativa na Ásia Central.

A retomada das relações entre Brasil e China de maneira tão acintosa no início do governo Lula não permite afirmar que há uma retomada clara de uma política externa com clareza estratégica, muito menos de uma geopolítica. Ainda que o alcance dos acordos tenha sido muito extenso, não faz parte de uma clara visão brasileira para o país, nem tampouco para a região. Para ficar apenas em um exemplo, na ocasião não foi definida a entrada do Brasil na BRI, assim como nem se comentou o posicionamento brasileiro quanto à expansão de membros nos BRICS, tema de grande relevância para o país.

De modo a obter maiores vantagens das oportunidades e desafios apresentados pelo continente asiático, e contribuir para contornar os problemas emergentes, será imprescindível aos formuladores de política externa brasileira definir novas prioridades, envolver a sociedade civil no processo decisório, prestar contas de forma mais transparente e conciliar habilmente interesses em torno da definição de rumos que reflitam anseios autênticos de nossa sociedade.

As incertezas que permearam a política externa brasileira nos últimos anos impactaram negativamente o processo de inserção internacional do país, o que se torna ainda mais evidente em suas relações com a Ásia. A emergência das revoluções digital e informacional tem permitido um rearranjo inédito das dinâmicas de poder globais, acompanhado pelo gradual deslocamento do eixo econômico em direção ao Oriente. Embora grande parte da literatura já reconheça a gravitação de atores asiáticos para o centro do sistema, ainda existe a sensação de que grande parte das autoridades brasileiras continua pouco preocupada com a região, reproduzindo estereótipos e importando visões prontas dos países desenvolvidos.

Uma estratégia do Brasil para a Ásia deve, necessariamente, envolver diversos atores e dimensões de forma clara e articulada. A relação com China será determinante para qualquer plano brasileiro para a região, mas o país não deve ficar restrito a ela. O Brasil ainda tem amplas condições de intensificar suas parcerias com a Índia, a Coreia, a Indonésia e outros países que vêm ganhando crescente relevância e poder na arena global. Não parece ser a vocação brasileira participar diretamente do arranjo de segurança da Ásia-Pacífico. No entanto, o *soft power* brasileiro, seus recursos econômicos, ideológicos e institucionais podem ser aplicados para a projeção de poder e contribuir efetivamente para o adensamento das relações bilaterais com diferentes países asiáticos. Caberá às gerações presentes e futuras o desafio de promover os esforços necessários para atender às novas, e cada vez mais rápidas, demandas globais de integração.

Referências

ACHARYA, A. **Constructing a Security Community in Southeast Asia: ASEAN and**

the Problem of Regional Order. London and New York: Routledge, 2000.

AGNEW, J. **Hegemony. The New Shape of Global Power.** Philadelphia: Temple University Press, 2005.

AGNEW, J. A nova configuração do poder global. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p.207-219, 2008.

AMSDEN, A. H. **Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization.** New York: Oxford University Press, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2008.

BECKER, B. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, 50, edição especial, IBGE, 1988.

BESTE, R.; Gugel, A. The 21st century world order from the perspective of policy planners. A German perspective. In: BELLI, B.; NASSER, F. (Eds.). **The road ahead: the 21st Century world order in the eyes of policy planners.** Brasília: FUNAG, 2018.

BETTARELLO, F. Brasil, País Pacífico. In: WESTMANN, G. (Ed.). **Novos Olhares sobre a Política Externa Brasileira.** São Paulo: Contexto, 2017.

BLACKWILL, R.; HARRIS, J. M. **War Other Means. Geoeconomics and statecraft.** Cambridge: The Belknap Press of Harvard, University Press Cambridge, 2016.

BREMMER, I. **Every Nation for Itself: Winners and Losers in a G-Zero World.** New York: Penguin, 2012.

BRZEZINSKI, Z. **The Geostrategic Triad: Living with China, Europe, and Russia.** Center for Strategic & International Studies; UK ed. Edition, 2000.

CANNON, B. J.; ROSSITER, Ash. The "Indo-Pacific": Regional Dynamics in the 21st Century's New Geopolitical Center of Gravity. **Rising Powers Quarterly**, v.3, n.2, p.7-17, 2018.

CHANG, H-J. **Maus Samaritanos. O mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHEUNG, T. M. **Forging China's military might. A new framework for assessing innovation.** Johns Hopkins University Press, 2014.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder.** São Paulo: HUCITEC, 1992.

COSTA, W. M. da. O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. **Confins**, p. 1-23, 2015.

DAMAYANTI, A. **Terrorism and Counter-Terrorism in Indonesia.** Universitas Kristen Indonesia, Jakarta 2010.

Davis, C. M. The Russian defence industry, 1980–2025: systemic change, policies, performance and prospects. In: HARTLEY, K.; BELIN, J. (Eds.). **The Economics of the Global Defence Industry**. London and New York, Routledge, 2020.

FARIAS, H. C. Aspectos geopolíticos da Guerra do Futuro e os desafios brasileiros. In: AZEVEDO, C. E. F.; RAMOS, C. E. F. (Orgs.). **Estudos de defesa: inovação, estratégia e desenvolvimento industrial**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2022.

FRANKOPAN, P. **O coração do mundo: uma nova história ocidental a partir da Rota da Seda, o encontro do Ocidente com o Oriente**. São Paulo: Planeta, 2022.

GREEN BRI CENTER. Countries of the Belt and Road Initiative (BRI). In: **Green Belt and Road Initiative Center, International Institute of Green Finance**, CUFE, 2022.

HEIDUK, F. **An Arms Race in Southeast Asia? Changing Arms Dynamics, Regional Security and the Role of European Arms Exports**. SWP Research Paper Stiftung Wissenschaft und Politik - German Institute for International and Security Affairs. Berlin, agosto de 2017.

HUNTINGTON, S. P. **O Choque de civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IBAÑEZ, P. Belt and Road Initiative and China-Pakistan Economic Corridor: geopolitical challenges. In: **Journal of China and International Relations: Special Edition: BRICS**, 2020.

IBAÑEZ, P. A centralidade do entorno regional para os EUA frente à expansão chinesa. **Washington Brasil Office**, 2023.

IBAÑEZ, P.; RECIO, C. O.; PEREIRA, A. B. A Relação Sino-Indiana para Influência no Sul da Ásia: o Caso da Belt and Road Initiative (BRI). **GEOgraphia**, v. 25, n. 54, 2023.

IBAÑEZ, P.; Westmann, G. C. Ensaio sobre a nova geopolítica, em quatro mapas. **Outras Palavras**, 2022.

JABBOUR, E.; GABRIELLI, A. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

JAGUARIBE, A. Capacidades estatais comparadas: a China e a reforma do sistema nacional de inovação. In: GOMIDE, A. A.; BOSCHI, R. (eds.) **Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

JASH, Amrita. The Quad Factor in the Indo-Pacific and the Role of India. **Journal of Indo-Pacific Affairs**, Volume 04, Issue 02, p. 78-85, Spring 2021.

JONES, B. Managing a Changing World: How the United States has become the largest minority stakeholder in the new global order. **Foreign Policy**, March 14, 2011. Stable URL: <https://foreignpolicy.com/2011/03/14/managing-a-changing-world/>.

KEARNS, Gerry. **Geopolitics and Empire The Legacy of Halford Mackinder**. Oxford: University Press, 2009.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Objetiva, 2011.

LIAO, K-S. **The New International Order in East Asia**. Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong, 1993.

LIMA, L. C. S. M. Conflitos no Mar do Sul da China: o que o Brasil tem a ver com isso? **Dossiê: SimpoRI**, v.4, 2018.

LUTTWAK, E. N. From Geopolitics to Geo-economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce. In: **The National Interest**, Estados Unidos, n.20, p. 17-23, 1990.

MAHBUBANIS, K. **A China venceu? O desafio chinês à supremacia americana**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

MANKOFF, J. **Empires of Eurasia How Imperial Legacies Shape International Security**. New Haven and London: University Press, 2022.

MIYAMOTO, S. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para a sua avaliação. **Perspectiva**, São Paulo, n.4, p.75-92, 1981.

Ó TUATHAIL, G. **Critical geopolitics: the politics of writing global space**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

OLIVEIRA, A. C. G. Mobilizing resources and signaling intentions: a neoclassical realist analysis of Japan's domestic and international instrumentalization of the Senkaku Islands dispute and China's maritime assertiveness. **Rev. Bras. Polít. Int.**, n.64, v.1, 2021.

OVERHOLT, W. H. **Asia, America, and the Transformation of Geopolitics**. Cambridge University Press; RAND Corporation, 2008.

QUAH, D. The Global Economy's Shifting Centre of Gravity. **Global Policy**, n. 05, 2011.

RAJAN, R. G. The Gospel of Deglobalization What's the Cost of a Fractured World Economy? **Foreign Affairs**, 2023.

ROCHA, A. S.; SANTOS, J. C. D. Dos; IBAÑEZ, P. A cooperação internacional e os estudos geográficos –um olhar sobre estratégias Chinesas para a África e a Ásia Central. **Revista GEOgrafia**, v. 16, n. 2, p.73-95, 2020.

RODRIK, D. **The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy**. Nova York and London: W. W. Norton & Company, 2011.

ROSEIRA, M. A. O mundo tripolar – geopolítica russa no século XXI e a nova ordem internacional. **GEOgraphia**, v. 25, n. 54, 2023.

SAID, E. W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. Companhia das Letras, 2007.

SANTORO, M. The Dragon and the Captain: China in the perspective of Brazil's nationalist right. **GEOSUL (UFSC)**, v. 35, p. 258-269, 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo:

Hucitec, 1996.

SIBUET, J-C; Yeh, Y-C; Lee, C-S. Geodynamics of the South China Sea. **Tectonophysics**, Volume 692, Part B, p.98-119, 2016.

STUENKEL, O. **Post-Western World How Emerging Powers Are Remaking Global Order**. UK, Polity Press, 2017.

SVARIN, D. The construction of 'geopolitical spaces' in Russian foreign policy discourse before and after the Ukraine crisis. **Journal of Eurasian Studies**, 2016.

WOLF, S. O. The China-Pakistan Economic Corridor of the Belt and Road Initiative: Concept, Context and Assessment. In: **Contemporary South Asian Studies**, Springer, 2020.

XINHUA. **China enhances cooperation with B&R countries despite COVID-19**. Pequim, 2020. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2020-11/17/c_139523126.htm. Acesso em: 29 jul. 2021.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.